



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**MULHERES CONVERSANDO SOBRE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA
DA PASSAGEM DO TEMPO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MAUREN DE VARGAS MINATO

SANTA MARIA, 2014

Mulheres conversando sobre saúde: A experiência da passagem do tempo

por

Mauren de Vargas Minato

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriane Roso

Santa Maria, RS, Brasil

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada

Aprova a dissertação de mestrado

Mulheres conversando sobre saúde: A experiência da passagem do tempo

Elaborada por

Mauren de Vargas Minato

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr^a Adriane Roso (UFSM)

(Presidente/Orientadora)

Dr^a Marlene Neves Strey (PUC – RS)

Dr^a Ana Cristina Garcia Dias (UFSM)

Santa Maria, 20 de junho de 2014.

Agradecimentos

“Quantas palavras! Ao longo da vida perdemos palavras, ganhamos palavras, descobrimos palavras. Palavras nos constituem e nesse ponto, palavras são muito mais que palavras. As palavras que nos constituem são muito mais do que palavras, também, porque nos faltam e a partir disso, em alguns momentos, saímos à procura.”

Mauren de Vargas Minato

Às mulheres que participaram deste estudo: por terem compartilhado uma de suas maiores riquezas, suas narrativas. Também agradeço por me autorizarem à “como uma escafandrista”, mergulhar no oceano de suas palavras.

Ao grupo Saúde Minorias Sociais e Comunicação: por ter feito das palavras uma brincadeira significativa, nesse contexto aprendi a passá-las de mão em mão, como no passa anel e a unir as palavras a uma só voz, como numa cantiga de roda.

À Adriane Roso: Obrigada pelas palavras de expectativas, tão caras ao investimento na escrita. Pelo incentivo a buscar palavras nos livros. Por me fazer questionar minhas próprias palavras. Por, em alguns momentos, deixar as palavras de lado, dando lugar ao abraço carinhoso. Meu muito obrigada, Adriane, querida.

A minha família I: Pai e Mãe, por terem feito parte do meu universo primeiro com as palavras. Estiveram comigo antes mesmo da alfabetização e já me mostravam palavras significativas. Obrigada pelo constante apoio, carinho, dedicação e esforço. Neste agradecimento, também me transbordam sentimentos, pois reconheço o quanto há de amor nesse contexto. Meu abraço mais afetuoso aos meus pais.

A minha família II: Mana, pelo amor inevitável. Por ter me apresentado a palavra “irmã” logo que chegou ao mundo. Palavra tão significativa ao ponto de nos relacionarmos com ela ao longo de nossas vidas.

Aos amigos: Obrigada pelas palavras de apoio, de força e de descontração.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

MULHERES CONVERSANDO SOBRE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE PASSAGEM DO TEMPO

AUTORA: MAUREN DE VARGAS MINATO

ORIENTADORA: DR^a ADRIANE ROSO

Local e data da defesa: Santa Maria, 20 de junho de 2014

O presente trabalho objetiva conhecer e analisar as narrativas de um dos grupos de empoderamento de mulheres da 4^a edição do projeto de extensão “Direitos sexuais e reprodutivos: conversando sobre saúde”, enfocando as representações sobre “a experiência da passagem do tempo” para as mulheres na atualidade. Essa pesquisa é uma ramificação de um projeto intitulado “Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como Dispositivo”, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”. Configura-se como pesquisa-intervenção, na qual uma das pesquisadoras atua como mediadora/observadora do grupo em questão. Para a análise das informações qualitativas foi empregada a escuta clínica, trabalhando com a atenção flutuante, para identificar as características dos discursos, assinalar os elementos periféricos e as particularidades da argumentação. A interpretação do conjunto de informações foi a partir da Psicologia Social Crítica, estabelecendo um diálogo com os Estudos de Gênero/Feministas, Psicologia de Grupos e a Psicanálise.

Palavras-chave: Psicologia Social Crítica; Psicanálise; Estudos de Gênero/Feministas; Grupos; Mulheres.

ABSTRACT

Master Dissertation
Psychology Postgraduate Course
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

WOMEN TALKING ABOUT HEALTH: THE EXPERIENCE OF THE PASSAGE OF TIME TODAY

AUTHOR: MAUREN DE VARGAS MINATO

ADVISER: DR^a ADRIANE ROSO

Defense Place and Date: Santa Maria, June, 14 th, 2014

This project aims to understand and analyze the narratives of one of the empowerment women groups of the 4th edition of the extension project "Sexual and reproductive rights: talking about Health", focusing on representations about "the experience of the passage of time" for women in present time. This research is a ramification of a project entitled "Sexual and Reproductive Women's Health: The Group as a Device", linked to the Research Group "Health, Social Minorities and Communication". It is configured as intervention-research, in which one of the researchers acts as mediator/observer in this group. For the analysis of the qualitative information was used the clinical listening, working with the floating attention, to identify the characteristics of speech, noted the peripheral elements and the characteristics of argument. The interpretation of the set of information was built from the Critical Social Psychology, establishing a dialogue with the Gender /Feminist Studies, Group Psychology and Psychoanalysis.

Keywords: Critical Social Psychology; Psychoanalysis; Gender/Feminist Studies; Groups; Women.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
MÉTODO	11
MOMENTO 1 - TEMPO E LAÇOS SOCIAIS.....	16
Memórias e experiências: por um tempo contextual	19
Tempo na sociedade líquido-moderna: laço social ou segregação?	23
Tempo e/de/para mulheres.....	27
Algumas Notas.....	31
MOMENTO 2 - A EXPERIÊNCIA EM UM CAMPO GRUPAL.....	33
Maria: um Conto Singular	34
Momento final ou Um novo começo	42
REFERÊNCIAS	45
ANEXO A- CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UFSM	50
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	51

INTRODUÇÃO

Este estudo, cujo tema é “a experiência da passagem do tempo” para as mulheres na atualidade, é uma ramificação de um projeto de extensão intitulado “Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre Saúde”¹, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”. O projeto é dirigido a mulheres maiores de 18 anos da comunidade em geral de um município da região central do Rio Grande do Sul, e tem como objetivo possibilitar, através de grupos de empoderamento, um espaço de discussão e reflexão acerca de temas relativos à saúde das mulheres, principalmente sobre temas que se referem aos direitos sexuais e reprodutivos, para que, assim, as mulheres através dos laços que estabelecem entre si consigam exercer sua autonomia e, de alguma forma, consigam se posicionar nos seus cotidianos.

Apoiado no projeto de extensão supracitado foi elaborado o Projeto de Pesquisa “Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como Dispositivo”², cujo objetivo geral é descrever e analisar o dispositivo-grupo, mapeando os modos de viver/sentir a saúde sexual e reprodutiva de mulheres que participam dos grupos e buscando identificar as possíveis modificações nos territórios constituídos pelas participantes. Os eixos norteadores do projeto de extensão e, conseqüentemente, do projeto de pesquisa são: (a) Corpo e saúde, (b) Direitos reprodutivos e sexuais, (c) Família e (d) Projeto de vida.

Neste trabalho, visamos apresentar um dos grupos de mulheres formado na 3ª e 4ª edições do projeto (ano de 2011 e 2012, respectivamente), a partir do qual objetivou-se analisar as experiências da passagem do tempo na atualidade, refletindo sobre os modos de subjetivação na sociedade partindo das vivências de mulheres que participam de um grupo de empoderamento.

A nossa vivencia enquanto psicólogas, tanto no âmbito da clínica, ou seja, este espaço que possibilita a escuta de questões significativas de sujeitos inseridos numa cultura, quanto, no âmbito da academia, quer dizer, espaço de formação e

¹ Projeto Aprovado pelo Gabinete de Projetos (GAP) sob o número 024424. Contemplado pelo Fundo de Incentivo à Extensão (Edital nº. 02/2011 FIE/UFMS) e pelo PROEXT 2010 – MEC – SESu - DIFES.

² Projeto Aprovado pelo Gabinete de Projetos (GAP) sob o número 028527 e pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número 0019.0.243.000-11 Contemplado pelo PROBIC/FAPERGS/UFMS (Edital nº 022/2011) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital MCT/CNPq nº 014/2010 – Universal).

aperfeiçoamento, também foram apoio para o presente trabalho, na medida em que esses “lugares” contribuíram substancialmente para vivenciarmos e experienciarmos questões que dizem respeito ao tempo.

Na nossa experiência com a clínica, queixas em relação a um tempo que passa demasiado depressa, tem aparecido com bastante frequência. Isto nos chamou a atenção e sinaliza algo, na medida em que quando muitos dos nossos pacientes trazem suas queixas em relação a um tempo acelerado, quer dizer que existe algo do social que se evidencia e que precisa ser levado em consideração, pois construímos o social e somos construídos por ele, também.

Já na experiência no âmbito da academia, onde desenvolvemos o nosso projeto de extensão, questões que tangem um tempo que passa demasiado depressa fizeram eco no campo grupal. Percebemos que esses elementos presentes no campo da clínica psicológica também faziam parte das falas e vivências do grupo de mulheres e foram

nosso ponto de partida para a construção da presente produção, que divide-se em dois momentos, cada um se materializando em artigo. No primeiro momento, foi necessário fazermos uma construção teórica, a fim de apresentar o lugar desde o qual trabalhamos o tempo, ou seja, como uma construção. Para isso, trabalhamos em uma perspectiva histórica e olhamos para o constructo “tempo” a partir de pensadores do campo da psicanálise enlaçando-os a autores que se propõem a fazer críticas importantes da modernidade, como Bauman (2004/2007), Kehl (2009), Nunes (2000), Quinet (2012).

No segundo momento, personificamos uma das mulheres que participaram do processo grupal e damos a ela o nome de Maria; fizemos isso, na tentativa de que o eco das relações no campo grupal pudesse se evidenciar e para que pudéssemos apresentar alguns efeitos do campo grupal e algo da ordem de um tempo possível para as mulheres: “o tempo de escutar outras mulheres e de escutar-se”. Esse momento, se amaterializa em um momento de pesquisa empírica. Cada um desses momentos se converteu em um artigo, que foram apresentados aos membros da Banca Examinadora.

MÉTODO

Através da pesquisa qualitativa, buscamos conhecer e analisar as vivências de um dos grupos de empoderamento da 3ª e 4ª edições (anos 2011 e 2012, respectivamente) do projeto de extensão “Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre saúde”. Trata-se, por tanto, de um estudo que se realiza depois dos fatos (Gil, 1991), caracterizando-se como pesquisa *expost-facto*.

A pesquisa qualitativa, diferentemente da pesquisa quantitativa, evita números e modelos estatísticos para explicar os dados, lida com interpretações das realidades sociais e é considerada pesquisa *soft*, pois vem no intuito de desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para se conseguir resultados significativos, e o protótipo mais conhecido é, provavelmente, a entrevista em profundidade. É utilizada no campo da pesquisa social, apoiando-se em dados sobre o mundo social resultados e construídos nos processos de comunicação, e se apresenta como uma proposta crítica e emancipatória na medida que preconiza a importância de compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo (Bauer & Gaskel, 2002).

A partir do viés qualitativo, foi utilizado o que se conhece como pesquisa participante. Para Schmidt (2008), o termo participante remete à controvertida presença de um pesquisador em um campo de investigação formado pela vida cotidiana de indivíduos, grupos, comunidades ou instituições próximos ou distantes, convidados para participarem da investigação como informantes, colaboradores ou interlocutores. No caso desse estudo, o campo de investigação é formado pelo grupo, no qual apareceram os diálogos e as narrativas das participantes, que se relacionaram a vivências que envolvem gênero, família, trabalho, saúde e sexualidade.

A referência ao termo colaborador/a permite uma maior amplitude em relação às ideias mais tradicionais de pesquisa acadêmica, que tomam a interpretação como

responsabilidade e “condição intelectual” unicamente do/a pesquisador/a. Indica, ao mesmo tempo, uma repartição dos lugares de produção de conhecimento ou compreensão no processo de pesquisa, como também insere espaços para que os participantes falem por si, articulados àqueles em que o pesquisador comenta e interpreta os achados do campo e das entrevistas (Schmidt, 2008). Aqui, o próprio espaço grupal, no qual a pesquisa transcorreu, se apresentou como um espaço potencial no qual as participantes, através da conversa entre si, e juntamente com as intervenções das mediadoras, desenvolveram vias de interpretação de suas falas e produções grupais, tornando-se parceiras dos pesquisadores na compreensão de fenômenos e na elaboração do conhecimento.

Tomamos como norte de ação e reflexão a pesquisa participante do tipo intervenção, isto é, a pesquisa-intervenção. Consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, e assume uma intervenção de caráter socioanalítico. Desta forma, tem a perspectiva de interrogar os múltiplos sentidos cristalizados nas instituições através da prática desnaturalizadora, na qual as estratégias de intervenção terão como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas (Aguilar & Rocha, 2003, p.71)

Em pesquisa-intervenção, considera a posição ocupada pelo pesquisador nos jogos de poder, fundamentalmente sua implicação com a instituição do saber científico, além de sua abertura para criar zonas que possam favorecer ao coletivo aflorar, que conduzem a invenção e outros modos de expressão. Resulta assim em uma co-produção/transformação tanto de quem se propõe a conhecer e de quem é conhecido (Paulon & Romagnoli, 2010).

O *corpus* do presente artigo consiste na leitura das vivências produzidas ao longo dos anos de 2011 e 2012 de um dos grupos de empoderamento que compuseram a 3ª e 4ª edições do Projeto de Extensão “Direitos sexuais e reprodutivos: Conversando sobre saúde”. O grupo era composto por mulheres que, anteriormente à entrada nesse contexto, passaram por uma entrevista de triagem individual, e foram selecionadas com base nos seguintes critérios: ser mulher, ter mais de 18 anos, atendida na Clínica de Estudos e Intervenções Psicológicas (UFSM) ou moradora de uma cidade do centro do Rio Grande do Sul, que não tenha comprometimento psíquico grave (e.g., risco de

suicídio, psicoses, depressão grave etc.), disposta a participar de atividades em grupo e de acordo com o consentimento informado.

No grupo houve encontros semanais, com duração de 60 minutos e com horários pré-fixados. Os temas trabalhados em cada encontro foram aqueles sugeridos pelas próprias participantes ou identificados como potenciais através de suas falas, dentro da linha direcionadora do projeto de extensão.

Conforme as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde) e a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, o projeto de pesquisa “Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como Dispositivo” passou por aprovação do Comitê de Ética da Universidade (CAEE nº 0019.0.243.000-11) (Anexo A). Já na triagem das mulheres lhes foram explicados os procedimentos da pesquisa, e no primeiro encontro do grupo as mediadoras realizaram com as mulheres uma orientação mais sistemática sobre a pesquisa, juntamente com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como a presente pesquisa integra um projeto de nível superior, ela está submetida a este projeto. O projeto de nível superior foi submetido para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, sendo assim já contempla em sua descrição a inserção do projeto aqui descrito. Todavia, ao comitê será enviado o pedido de emenda referente a esse projeto de mestrado (Apêndice A).

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constam os propósitos do estudo, enfatiza-se que a participação na pesquisa é totalmente voluntária e que a participante pode retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Além disso, é notificado no termo que as participantes podem se recusar a responder qualquer pergunta e que isso não poderá ser usado contra elas, como também que o nome das participantes não será revelado em qualquer publicação, e sim que nomes fictícios serão usados para proteger a identidade das participantes. Também é salientado que a participante terá esclarecimentos sobre a pesquisa antes e durante o curso desta com o coordenador da pesquisa e com o Comitê de Ética de Pesquisa. Além de que foi notificado que a participação não traria nenhum benefício pessoal direto às participantes, a não ser o espaço grupal onde seriam discutidas questões relativas à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, como também que elas estariam colaborando para a ampliação de

conhecimentos científicos sobre o tema. A participante que, por ventura, sentisse algum desconforto psicológico em razão da pesquisa seria encaminhada ao atendimento psicológico.

O TCLE foi assinado por cada participante em duas vias: uma ficou com a equipe do projeto e a outra com a participante. Após o consentimento informado delas, os encontros do grupo foram gravados utilizando um gravador digital. As gravações foram transcritas para um programa de texto tipo MicrosoftWord™. Foram usados nomes fictícios nas transcrições, de forma a manter o anonimato. Com relação aos dados, os mesmos foram codificados (cada participante foi identificada por uma sigla) e estão sob a responsabilidade da Professora Dra. Adriane Roso, coordenadora da pesquisa, guardados em sua sala, em armário com chaves. As gravações serão destruídas após cinco anos da data final do projeto.

Para a análise das informações, foi empregada a escuta clínica, trabalhando com a atenção flutuante, para identificar as características dos discursos (variação, detalhes sutis, etc.), os elementos periféricos e as particularidades da argumentação (retórica). Foram feitas inferências e interpretações a propósito dos objetivos previstos, sustentadas na perspectiva da Psicologia Social Crítica.

A Psicologia Social Crítica tem como categoria central de trabalho a análise da consciência e tenta desvelar o aparente e o oculto, sempre percebendo a incompletude e a contradição dos fenômenos sociais (Guareschi & Biz, 2005), históricos e biopsíquicos. Conscientizar, na Psicologia Social Crítica da saúde, deve ser uma proposta dialógica no qual o psicólogo refaz, constantemente, seus atos cognoscentes na cognoscibilidade da pessoa excluída (Freire, 1983).

A Psicologia Social Crítica dialoga com diferentes teorias e abordagens, dentre elas a Psicanálise e os Estudos de Gênero/Feministas. Recorreremos a esses estudos para apreender o objeto de pesquisa em pauta.

No que diz respeito à Psicanálise, se faz importante recordar, junto de Poli (2007), que a invenção da mesma se dá partir do momento em que Freud escuta as mulheres do seu tempo. O que nos permite aproximação com o campo dos estudos de gênero. E é justamente o trabalho de escuta clínica que mantém viva a experiência psicanalítica e que autoriza o psicanalista a falar da sexualidade humana, a partir dos pacientes. O que é da ordem da diferença sexual é um referente para a existência coletiva, assim, é importante questionar sua função na enunciação do desejo

inconsciente. Se a diferença sexual está na berlinda, há a necessidade de indagar seus propósitos (Poli, 2007).

Para fazer algumas indagações significativas no que diz respeito à sexualidade humana, apoiamo-nos na noção proposta por Kehl (2008), na medida em que acreditamos que as formações de linguagem precedem as pessoas inscrevendo nas mesmas posições de ordem simbólica. Juntas da autora, acreditamos que ser homem ou mulher são os primeiros significantes que nos designam assim que chegamos ao mundo. Tal situação é designada pela cultura e posteriormente pelo acolhimento que nossos pais fizeram da mínima diferença inscrita em nossos corpos e com os quais enunciaremos nossa presença no mundo, através do que é da ordem do nosso desejo que é singular.

Sob esses pressupostos, “‘homem’, ‘mulher’, ‘sujeito’ são construções datadas, contingentes, portanto mutantes: Não existe A Mulher, universal transcendente ao conjunto de todas as mulheres. Assim, como não existe O Homem também.” (KEHL, 2008 p. 28)

É justamente sob o campo das diferenças que os estudos de gênero se debruçam. Segundo Scott (1990), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. Nessa perspectiva, as relações de gênero (assim como as de classe e raça ou etnia) são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Enquanto sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é construído historicamente sendo, portanto, variável e mutável.

A partir dos laços construídos nas vivências em grupo, somados aos estudos de gênero e à leitura da psicanálise, produzimos uma forma de dizer sobre a experiência de uma das mulheres no campo grupal. Tal forma foi construída inspirada no que Corso (2011) antecipa a respeito da ficção, quando pontua que ela não é somente uma forma de diversão, na medida em que também é um veículo através do qual se estabelece um laço imaginário utilizado para elaborar questões significativas da nossa subjetividade e do nosso social.

Para elaborar questões significativas, neste trabalho, personificamos uma das mulheres que participaram do dispositivo grupal e damos a ela o nome de Maria. Esse movimento foi feito, na tentativa de que o eco das relações no campo grupal pudessem se evidenciar na presente construção.

MOMENTO 1 - TEMPO E LAÇOS SOCIAIS

Na presente produção, trataremos de questões que abarcam o tempo, mas não trabalharemos com qualquer noção de tempo, na medida em que lançaremos um olhar acerca do mesmo, no sentido de pensá-lo como uma construção. Nessa direção, nosso objetivo é apresentar uma reflexão teórica com o intuito de tentar situar o lugar desde o qual escrevemos. Para isso, trabalharemos o constructo “tempo” a partir de teóricos do campo da psicanálise e o enlaçaremos com autores que se propõem a fazer críticas importantes da modernidade, como Bauman (2004/2007), Kehl (2009), Nunes (2000), Quinet (2012).

O constructo supracitado nos remete ao que desenvolve Coelho (2004) acerca da experiência psicológica do tempo, a qual deve ser levada em consideração e relacionada à nossa inserção no mundo, uma vez que rege as relações. Pensando por essa via, remetemo-nos a sensação de passagem do tempo, e conseqüentemente, ao campo da memória e do contexto, que precisam ser pensados em recortes únicos, portanto, subjetivos.

Discursos que pautam o cotidiano têm disparado algumas inquietações sobre o fenômeno de experienciar o tempo, ou seja, os encontros entre as pessoas, cada vez mais, têm se dado de forma apressada: para falar de como o tempo está passando rápido e como há pouco tempo para se encontrar, por exemplo. Assim, perguntas do tipo “Como vai a correria?”, que antecipam o lugar desse tempo que corre, tornam-se corriqueiras, mas parece que não são realmente escutadas. O que será que contém essas perguntas? Por que as pessoas andam tão depressa? Podem parecer questionamentos sem significado, mas se os observamos “com mais tempo” e profundidade, poderemos perceber que eles dizem mais do que aparentam.

Na nossa experiência, queixas em relação ao tempo têm chegado aos contextos de atuação do psicólogo (consultórios, centros de saúde, etc.), ou seja, essas manifestações sociais fazem eco no campo da clínica evidenciando que a relação com um tempo apressado provoca questionamentos para os sujeitos. Queixas como essas se apresentam também em um contexto grupal, que é um dos nossos pontos de partida para a compreensão desse tempo.

Enquanto meio de atuação e pesquisa, dentre outras atividades, vivenciamos a experiência no campo grupal. Fazemos esse movimento através de um projeto de extensão nomeado “Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre Saúde”. Nele, mulheres da região central do estado do Rio Grande do Sul, reúnem-se em grupo para colocar em palavras a(s) temática(s) que sentirem vontade. A partir desses encontros e das relações construídas no campo grupal, as mulheres dão forma ao que é da ordem do fortalecimento.

Nesta realidade, emergiram questionamentos em relação ao tempo na atualidade, ou seja, isso que aparece no discurso do senso comum, no campo de atuação dos psicólogos, também aparece no grupo de mulheres, o que nos sensibilizou a refletir sobre tal temática. Acreditamos que a forma com a qual as mulheres escolhem para narrar, construir e vivenciar o seu cotidiano diz de sua saúde. Quando observamos através dessas lentes, pensamos na saúde como algo para além do que é da ordem estritamente biológica e a estendemos aos territórios, aos contextos, às construções e, conseqüentemente, ao social e ao político. Esse modo de entender a saúde vai ao encontro dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres (Brasil, 2004).

Para argumentar esse ponto de vista, é possível remetermo-nos a Foucault (1987) quando trabalha com a noção de uma tecnologia disciplinar, cujo objetivo é gerir a vida dos indivíduos, numa tentativa de normalização e controle do corpo social, sendo um dos dispositivos dessa tecnologia a construção de uma medicina voltada para o controle do meio social e da população. No Brasil do século XIX, Nunes (2000) nos mostra que foi através de estratégias de regulação do corpo das mulheres, principalmente vinculados aos saberes da psiquiatria e da sexologia novecentista, que a circulação dos seus corpos se dava na esfera doméstica e no campo da maternidade.

Segundo a autora, essa tecnologia coloca a mulher e sua sexualidade como um assunto privilegiado dos discursos médicos. Nesse contexto, tecem-se pressupostos, teses, normas de comportamento reforçando uma forma de controle sobre a sexualidade das mulheres. Naquela realidade, não eram elas que sabiam sobre seus corpos e sobre sua sexualidade, quem o sabia era o outro do social, ou seja, os homens e a medicina.

Quando pensamos no social, como uma construção, não é possível negarmos o que é da ordem da passagem e, portanto, do tempo. Como já havia sido colocado, historicamente as mulheres não narravam sobre si, esse movimento era feito através do

discurso do outro; era o homem que sabia sobre a sexualidade das mulheres, sobre o lugar de seus corpos no mundo. Com a passagem do tempo, movimentos de resistência ao instituído foram (e continuam sendo) feitos e, conseqüentemente, mudanças aconteceram nas narrativas das mulheres. Não queremos dizer que as mudanças ocorrem com a passagem do tempo por si só, isso seria impossível, mas com o que as mulheres fizeram com esse tempo no sentido de contestar a naturalização do “ser mulher” e de construir macro e micro revoluções. As ideias de Simone de Beauvoir (1967) são emblemáticas nessa caminhada:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (Beauvoir, 1967, p.9)

O grupo de mulheres, que ocorre uma vez por semana, no contexto da clínica-escola da universidade, apresentou-se como o disparador de nossas inquietações e como um possibilitador de indagações acerca do tempo como uma construção social. Entretanto, queremos deixar claro, desde o início que, neste artigo, não pretendemos analisar as narrativas grupais. Esse é o momento de compartilhar reflexões que sustentam nossa compreensão teórica sobre os sentidos do tempo na constituição do sujeito, e, mais especificamente das mulheres.

De certa forma, cotidianamente, compreendemos e lidamos com o tempo a partir de uma perspectiva cronológica, relação que é interpretada pela constatação de que a ideia de tempo é uma sucessão de fatos que se encadeiam numa lógica linear entre passado, presente e futuro. Sem ignorar essa dimensão, pretendemos discutir outra relação possível entre o tempo e o sujeito, um tipo de experiência que se articula com o social e que, na vida contemporânea, apresenta algumas particularidades que respondem a determinados imperativos que ordenam o laço social que, por sua vez, incidem sobre o sujeito. Assim, trabalhar-se-á na perspectiva de pensar o tempo como uma construção social, na medida em que quando o habitamos, somos simultaneamente habitados por ele. Nessa direção, olhar para essas relações pode colaborar para uma reflexão acerca da nossa atualidade.

Temos consciência da dificuldade de empreender tal reflexão, pois esse movimento exige uma ruptura em modos seculares de pensamento. Todavia, acreditamos que, como assinalamos na epígrafe, não há como delimitar com extrema exatidão a noção “o que é o tempo”, sendo assim, cabe um pouco de inventividade para entrarmos em contato com ele.

Mostraremos nossa invenção no formato do presente trabalho. Para isso, o dividimos em momentos. No primeiro, “Memórias e experiências: por um tempo contextual”, trabalharemos sucintamente a forma com a qual lemos o tempo, ou seja, como uma construção. Para isso, valemo-nos de elementos históricos além de um olhar psicanalítico acerca do mesmo (Castro, 2008; Coelho, 2004; Freud, 1915/1932; Goldfarb, 1998; Kehl, 2009). No segundo momento, faremos uma leitura do tempo na contemporaneidade. Nomeamos o capítulo como “Tempo na sociedade líquido-moderna: laço social ou segregação?”. Nele nos permitimos compartilhar da leitura de teóricos contemporâneos, como Bauman (2004/2007) e Quinet (2012). Já no terceiro momento, em “Tempo e/de/para mulheres”, faremos uma reflexão do tempo em detrimento das mulheres. Concluiremos com uma proposta de reflexão a partir, da nossa leitura e das nossas experiências.

Memórias e experiências: por um tempo contextual

O tempo é um conceito polissêmico. Essa é a afirmação de um historiador chamado Carlos Henrique Armani (2010), em uma entrevista cedida para a *Infocampus*, o qual complementa a sua afirmação pontuando que o conceito de tempo depende de outras definições. Para melhor explicar isso, o autor cita Aristóteles, assinalando que o mesmo definia o tempo como uma espécie de medida do espaço e do movimento, isto é, implicaria uma espécie de espacialização e/ou uma domesticação do tempo. De acordo com o historiador, este é um conceito clássico de tempo e existem outras formas de defini-lo, formas relacionadas ao que seria o tempo individual, o tempo social, quer dizer, vinculadas a como as pessoas e a sociedade como um todo organizam seus ritos.

Segundo Armani (2010), criamos mecanismos culturais para dar conta do tempo domesticando-o, e uma das formas de fazê-lo é através dos calendários sugerindo a existência de calendários hegemônicos:

O calendário Juliano, que é o calendário que de uma certa maneira deu origem ao nosso atual, o qual teve uma reformulação no século XVI, em 1582, pelo papa Gregório XIII, é o calendário mais ou menos que persiste até os dias de hoje. O tempo é uma questão perene da história, ou seja, não há sociedade que não tenha, em um determinado momento, desenvolvido uma concepção de tempo, ou seja, desde os momentos mais remotos da história, há uma perspectiva de pergunta sobre o tempo, o que é o passado, o presente, ou o futuro. É uma questão universal. (Armani, 2010, s.p.)

Nesse sentido, é possível perceber, através do fragmento de entrevista aqui apresentado, que o tempo possui uma dimensão social e universal. Também é possível olharmos para ele de forma mais subjetiva, mas nem por isso, desvinculado do social.

Sendo assim, faz-se importante reconhecermos a afirmação de Poulichet (1996), segundo a qual nunca se poderá absorver completamente isso que diz respeito ao tempo, na medida em que não há como produzir uma suma teórica que responda a questão ‘o que é o tempo’? Mas, é possível fazermos uma aliança com o legado de Bergson, através das lentes de Coelho (2004), no sentido de ir para além, no que diz respeito ao tempo, ou seja, compreendê-lo como sucessão, continuidade, mudança, memória e criação, não distanciando essa compreensão dos acontecimentos psicológicos ou físicos. Com base nessa perspectiva, é possível compreender o tempo com um caráter de subjetividade, ou seja, conforme a memória que se evoca, pode-se referir a um tempo diferente. Dito de modo simples: tempo, memória e subjetividade se entrecem.

Dessa forma, remetemo-nos novamente a Coelho (2004) para aprofundar a questão da memória. Na perspectiva do autor, a percepção consciente da temporalidade só é possível graças à memória. Assim, se a consciência fosse possível sem a memória a vida se daria num eterno presente, ou seja, não haveria ideias de um antes e um depois, não haveria sucessão, continuação e/ou mudança. Segundo o autor, é justamente a memória que nos permite estabelecer relação entre as vivências. Podemos pensar que ela enlaça o presente, o passado e futuro, através da continuidade.

Como trabalharemos numa perspectiva psicanalítica, permitamo-nos a lembrança de Castro (2008), no sentido de remetermo-nos a noção de inconsciente, e pensarmos que, neste contexto, toda e qualquer função deste traz em si a marca do tempo, isto é, quando sonhamos, cada imagem nos remete a tempos diferentes e, no entanto, ainda é da ordem do atualizado. Na nossa forma de perceber a transferência, ou seja, na relação que se estabelece entre o paciente e o terapeuta – relação que faz eco a outras relações (familiares e por isso mesmo, sociais) – dando continuidade ao pensamento de Coelho (2008), temos a coexistência de camadas de idades diferentes

além da existência do ato falho como uma intromissão da memória inconsciente, ou seja, de um outro tempo no cotidiano do sujeito. Assim, estas formações são por Freud consideradas como formas indiretas e atualizadas de memória inconsciente. Nessa direção, juntos de Castro (2008), percebemos que Freud pensava haver detectado em todas estas formações do inconsciente algo característico do sujeito (do inconsciente) coexistindo ao lado da consciência – o tempo passado e o tempo presente estariam, portanto, em contínuo remanejamento.

Nessa mesma linha de pensamento, a psicanalista Maria Rita Kehl (2009) afirma que o tempo é uma construção social. Não obstante, essa afirmação é complementada explicitando que toda ordem social é marcada, à sua maneira, pelo controle do tempo. Além disso, o tempo é a condição ontológica do psiquismo, na medida em que a qualidade que define o psíquico não é espacial, e sim temporal.

Se aceitarmos a ideia de que a experiência temporal é própria do ser humano, já que ele é o único ser vivo a se reconhecer finito e a organizar sua vida em torno dessa realidade, podemos entender a ideia de tempo como uma construção erigida sobre a ilusão de uma sucessão interminável de instantes. Nessa ótica, a ideia do tempo se constrói sobre a ilusão de uma sucessão interminável de instantes. Nesse fluir, cada acontecimento, cada experiência carrega a potencialidade de deixar a sua marca que guardará uma relação de causalidade com um acontecido antes e com um efeito posterior. Esse movimento garante uma construção histórica onde o sujeito não é um mero espectador, mas com capacidade de intervir ativamente, tentando modificar os efeitos segundo suas vontades ou conveniências (Goldfarb, 1998).

Sobre isso, é necessário retomarmos algumas contribuições de Freud sobre o tema, em especial a abordagem que ele nos apresenta a partir do estudo da neurose, de que o passado é fundamental para a compreensão da nossa vida presente e dos rumos que elegemos como desejáveis em nosso futuro. É preciso deixar claro que, na leitura freudiana, o passado não é um tempo ido e superado, mas uma experiência mediada pelo inconsciente, pela realidade psíquica que se atualiza permanentemente ao sujeito, determinando vivências de tempo e de lugares a partir da fantasia e dos vestígios que se ordenam e que ignoram a hegemonia do tempo cronológico. Nesse sentido, destacamos de Freud (1915) uma passagem do livro *O Inconsciente*, onde ele define que:

Os processos do sistema inconsciente são intemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo

vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema consciente. (Freud, 1915, p. 192)

Em 1932, nas "Novas Conferências de Psicanálise", Freud retoma pela mesma via e afirma que:

No Isso, não existe nada que corresponda à ideia de tempo; não há reconhecimento da passagem do tempo, e — coisa muito notável e merecedora de estudo no pensamento filosófico - nenhuma alteração em seus processos mentais é produzida pela passagem do tempo. Impulsos plenos de desejos, que jamais passaram além do id, e também impressões, que foram mergulhadas no id pelas repressões, são virtualmente imortais; depois de se passarem décadas, comportam-se como se tivessem ocorrido há pouco. (Freud, 1932, p. 46)

Essa leitura é referida por Goldfarb (1998) quando assinala que é possível encontrar o tempo como fator determinante da construção da subjetividade humana, no ordenamento e diferenciação das instâncias psíquicas, na construção, ou seja, no que diz o que resiste à toda linearidade cronológica. Com efeito, o presente tem influência sobre o passado que se atualiza na repetição, e é justamente sobre essa atualização que se faz possível qualquer intervenção (Freud 1937, in Goldfarb, 1998). Assim, é a partir do presente que as experiências inscritas como marcas mnêmicas são modificadas, recuperadas e ressignificadas, produzindo o atual sob a forma de acontecimentos significativos.

Para a psicanálise, interessa sempre a história atualizada, retomada e ao mesmo tempo modificada pela leitura que o sujeito faz dela - leitura do campo do particular - é o que afirma Goldfarb (1998). Dessa forma, a memória que constrói a história de um sujeito não é uma simples acumulação de recordações, mas a revivência de uma trama de sequências significativas, ou seja, de acontecimentos com a possibilidade de produzir efeitos de sentido e significação no presente, onde o vivido e o recordado não guardam correspondência inequívoca e quando restos e traços promovem a ficção necessária à produção de uma narrativa singular. Tal constatação só se sustenta porque, psicanaliticamente, qualquer experiência é mediada pela linguagem - o que (re)afirma o caráter de invenção na relação entre tempo, memória e social.

Pensando por essa via, não é possível negar a importância do tempo no que diz respeito à constituição do sujeito, isto é, além de relacionar-se com o sujeito, o tempo

sofre influência direta do contexto, principalmente naquilo que esse contexto traz de contingencial ao sujeito – seja no âmbito pulsional ou social.

Desse modo, é importante situarmos que este Outro do social tem importante participação nos modos e/ou formas de subjetivação. Sendo que o mesmo era referido em discursos universais, como por exemplo, o da religião, e permitiam certo lugar de estabilidade, de uma referência de existência, possivelmente pela via do pecado, da culpa e da dívida. Mas, na atualidade, isso ganha novos contornos e parece haver uma nova condição de subjetivação, na medida em que esse Outro parece demandar diferente. Nesse sentido, as experiências de tempo e de lugar parecem ter sido afetadas do ponto de vista subjetivo, assim, faz-se importante compreender o tempo nessa atualidade, movimento que faremos na próxima parte do artigo nomeada “Tempo na Sociedade Líquido-moderna: laço social ou segregação?”.

Tempo na sociedade líquido-moderna: laço social ou segregação?

Levando em consideração a forma com a qual trabalhamos o tempo, ou seja, esse tempo socialmente construído, que evoca o campo da memória e do contexto e, finalmente, que precisa ser pensada em excertos únicos, portanto, subjetivos, faz-se importante traçar um extrato do tempo na atualidade.

O sentido de viver em comunidade, viver onde se pode enxergar, escutar, acolher o outro e ter reciprocidade nesse processo, conforme Zygmunt Bauman, além de um tanto utópico, é tomado, cada vez mais, pela lógica da autonomia – tão estimulada no modelo capitalista em que estamos inseridos. Em Comunidade, Bauman (2003) nos fala sobre o par inconciliável liberdade/autonomia-segurança/comunidade. Nesse sentido, podemos pensar nos contornos que tem as nossas comunidades: levando em consideração a busca pela liberação dos indivíduos, pelo transpor fronteiras através da globalização, e nesse contexto, é necessário questionar qual é o valor que possui a experiência de perceber o outro.

Hoje, podemos perceber que as comunidades, os ditos locais de segurança e fraternidade, podem existir como lugares de interesse comum. Segundo Bauman (2003), os laços com os “outros em condições semelhantes” tendem a ser frágeis e ostensivamente transitórios. Estabelecer e solidificar laços humanos toma tempo, e

ganha com a visão de perspectivas futuras. Uma proposta difícil de adaptar a este "tempo" em que vivemos.

Diante do distanciamento da ideia original de comunidade, a percepção da injustiça e das queixas que ela faz surgir, como tantas outras coisas nestes tempos de desengajamento que definem o estágio "líquido" da modernidade, a noção de comunidade passou por um processo de individualização (Bauman, 2003). Assim, há um enfraquecimento da ideia de buscar soluções coletivas diante de queixas, inicialmente, tomadas como individuais.

Nessa direção, são muitos os pensadores, de diversas áreas do conhecimento, que se colocam a fazer uma leitura da sociedade no momento atual, dentre eles o sociólogo Bauman (2007) que discorre acerca da sociedade "líquido-moderna". Para o autor, nessa sociedade, as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, acerca das formas de agir. O autor complementa discorrendo que a liquidez da vida e da sociedade tem uma relação mútua e nessa relação, vida e sociedade se alimentam e se revigoram, não podendo manter forma ou manterem-se em um curso por muito tempo. Além disso, assinala a noção de que, no contexto de rapidez e imprevisibilidade, é pouco recomendável aprender pela via da experiência no sentido de se basear em estratégias e movimentos empregados com sucesso no passado.

A leitura feita pelo autor acerca dessa relação onde vida e sociedade se alimentam e se revigoram, aproxima-se da noção proposta pelo psicólogo social Gergen (1983), na medida em que este autor compreende os termos com os quais entendemos o mundo como artefatos sociais, ou seja, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Então, o processo de compreensão não é simples e automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação. Além disso, as construções da noção de pessoa ou da relação passaram por mudanças significativas através da história. Para o autor, o grau com que uma dada forma de entendimento prevalece ou se sustenta através do tempo não depende fundamentalmente da validade empírica da perspectiva em questão, mas das vicissitudes dos processos sociais.

Para situar isso que é da ordem do tempo, acredita-se importante trabalhar o conceito de experiência a partir de Bondía (2002). Segundo o autor, no mundo contemporâneo, há uma pobreza de experiências, tanto que elas são raridades:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (Bondía, 2002, p.21)

A raridade das experiências pode estar próxima à noção de vida líquida, proposta por Bauman (2007), na medida em que a vida na atualidade é precária por ser vivida em condições de incertezas constantes. É uma vida assombrada por temores relacionados ao tempo como:

Ser pego tirando uma soneca, não conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, ficar para trás, deixar passar as datas de vencimento, ficar sobrecarregado de bens agora indesejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de rumo antes de tomar um caminho sem volta. (Bauman, 2007, p.8)

É justamente isso que diz do tempo, uma das questões acerca das quais Bondía (2002) justifica a raridade da experiência na atualidade, na medida em que tudo o que se passa demasiadamente depressa e cada vez mais depressa. Além disso, os acontecimentos são dados no formato de choque, de estímulo, de sensação pura, de instantaneidade, ou seja, de forma pontual e fragmentada. Assim, o autor propõe que o mundo moderno é caracterizado por essa velocidade aliada à obsessão pela novidade, impedindo a conexão significativa entre acontecimentos. Tal situação impede também a memória, já que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro que igualmente nos excita por um momento, mas sem deixar qualquer vestígio.

Ainda a respeito do tempo, Bauman (2007), discorre que na sociedade por ele nomeada líquido-moderna “as condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente (p.7)”. Parece que as associações feitas pelo autor situam o que diz do tempo, na atualidade, como algo que passa depressa e/ou envelhece rapidamente, aproximando-se do que discorre Kehl (2009) acerca da contemporaneidade, no sentido de pensá-la como o século da velocidade, da euforia, da saúde, do exibicionismo e do consumo generalizado. Por conseguinte, é possível observar que os modos de vida dentro desse ritmo promovem relações permeadas pela competitividade. Um exemplo disso são as relações de trabalho, conforme Roso (1999), a moda e a beleza (objetificadas na onda consumista) são ferramentas dentro dessa competição, visto que há uma busca contínua para obter uma imagem que transmita, no caso das que elas também podem ocupar determinadas posições, além daquelas que só são ocupadas

conforme o grau de "beleza estética" que possuem. Assim, a tríade beleza-moda-trabalho, fomentada pelo capitalismo, se articula e intensifica a liquidez das relações, além de reificar o tempo como objeto de consumo.

Dessa forma, torna-se importante refletir acerca de como se dá esse laço na contemporaneidade, ou seja, a forma com a qual as pessoas se relacionam na atualidade, levando em consideração o discurso capitalista e a construção do tempo. A esse respeito, Quinet (2012) mostra que cotidianamente nos deparamos e nos relacionamos com diferentes pessoas e de diferentes formas e que em determinadas situações algumas atitudes são mais ou menos esperadas. Para o autor, é justamente nestas situações que se estabelece um laço social, cujos lugares já estão predeterminados em nossa sociedade. Nessa perspectiva, tal vínculo é estruturado sempre por um par composto de uma *agente* e de um *outro* (grifo do autor) que não estão em uma relação de simetria.

Seguindo o pensamento de Quinet (2012), a predeterminação do laço social é estabelecida e transmitida de geração em geração aos agentes e seus outros e é esse movimento que garante a manutenção dos laços em uma sociedade, pois o ser humano cria regras e condutas, de convivência, com finalidades específicas. Assim, nossa realidade é enquadrada por esses laços sociais e, sem esse enquadramento, que é cultural – simbólico – há uma inclinação do ser humano a tratar o outro como seu objeto de gozo e nele saciar suas pulsões eróticas e de morte. Nessa sustentação, os laços sociais equivalem a discursos, pois de fato os laços sociais se sustentam pelos discursos que se tecem sobre eles, neste caso no discurso do capitalismo.

Para Quinet (2012), nesse discurso o outro não é nítido, na medida em que ele não propõe um laço social do sujeito com o outro, porém um laço com um objeto fabricado pela ciência e pela tecnologia, resumindo o sujeito a consumidor. Ele propõe ao sujeito a relação com um objeto de consumo curto e rápido, fazendo a economia do desejo do Outro e estimulando a ilusão de completude, não mais com uma pessoa:

A sociedade regida pelo discurso capitalista se nutre pela fabricação da falta de gozo, ela produz sujeitos insaciáveis que, em sua demanda de consumo, nunca conseguem comprar tudo o que supostamente desejam. Promove assim uma nova economia libidinal. Por outro lado, ao colocar a mais-valia no lugar da causa desejo – faz querer ganhar sempre mais -, essa sociedade transforma cada um em um explorador potencial do seu semelhante para dele obter um lucro de um sobre trabalho não-contabilizado e querer tirar vantagem em tudo. (Quinet, 2012 p.57)

Para o autor, esse discurso não é regulador e instituinte, mas sim segregador. Dessa forma, ele não forma propriamente laço social, ele segrega. Assim, Quinet (2012)

propõe o capitalismo e a tecno-ciência como as torres gêmeas que sustentam o mal-estar na civilização contemporânea levando-a ao desastre e ao terror.

Até então, apresentamos a forma apressada com a qual vivemos em sociedade na atualidade e também mostramos o quanto isso está imbricado na forma como o social é construído, como o construímos e como nos constituímos. Também observamos o discurso que nele (social) circula e como o tempo é capturado pelo capitalismo, esvaziando as possibilidades de laço social. Buscaremos, na sequência, mostrar como esse tempo acelerado situa-se no campo da saúde das mulheres.

Tempo e/de/para mulheres

Para falarmos a respeito de nós mulheres em relação a esse tempo acelerado, faz-se necessário retomar nossas bases, quer dizer, levar em consideração o trabalho que desenvolvemos enquanto psicólogas tanto no contexto privado, quanto no trabalho desenvolvido com grupos, que nos denunciam a delicadeza dessa realidade acelerada para as mulheres. Também é importante uma reflexão a respeito da época em que o tempo não era o da aceleração. Nessa via, é importante compreender que foi necessário “algum movimento” para ocorrer essa mudança de ritmo, compreender que essa mudança situava-se dentro de um contexto social e histórico e que não é livre de consequências.

Em termos históricos, Nunes (1982) assinala que as mulheres experienciavam o seu tempo com a esfera privada. Durante todo o século XIX, tentou-se fixar a mulher no casamento e na esfera doméstica. A autora fala em *tentativa*, pois esse lugar também foi construído.

Segundo a autora, antes da mulher habitar o lugar da maternidade esse papel era feito pela criadagem, pelas amas de leite etc., ou seja, não eram as mulheres convocadas a responder a essa demanda social de maternagem, na medida em que ocupavam junto dos filhos uma posição secundária dentro da família. É em função de uma preocupação com o lugar da criança, somado com o alto índice de mortalidade infantil da época que filósofos, médicos e moralistas percebem a necessidade de uma nova ordem familiar. É importante salientar que a autora, quando cita as mulheres, fala de uma minoria numérica, ou seja, mulheres que possuíam criadagem e amas de leite,

sem levar em consideração que essas também eram mulheres e que além do seu trabalho na casa de quem elas serviam, provavelmente teriam obrigações em suas famílias.

Retomando o raciocínio de Nunes (2000), é a partir dessa tentativa de fazer com que a mulher ocupe sua vida com a esfera privada que se um duplo discurso acerca das mulheres. De um lado, um ser frágil, sensível e dependente, ou seja, um modelo de mulher passiva e assexuada e de outro, um ser fisicamente e moralmente degenerável e com um excesso sexual a ser controlado constantemente. A fixação das mulheres no campo privado e o seu fazer nessa esfera não eram valorizados frente à sociedade. Dessa forma, as mulheres, quando comparadas aos homens, habitavam uma posição de menor relevância.

Nesse contexto, é possível mencionar Maria Rita Kehl (2004) quando afirma “porquê os homens produzem discurso, produzem intervenção na polis e na cultura é que eles têm certeza de que são homens”(p.94). Ora, podemos concluir que é a visibilidade na esfera pública que, de certa forma, comprova uma existência masculina frente ao social. Complementando essa ideia, há, segundo Perrot (1998), uma oposição no que diz respeito à valorização do homem e da mulher no espaço público, onde o homem público abarca o reconhecimento e a importância, tendo a possibilidade de participar do poder. Em contrapartida, a mulher pública é “depravada, debochada, lúbrica, venal” (p.7) e pertence a todos e não tem individualidade própria.

Kehl (2004) complementa nossa construção quando afirma que é em função da restrição das mulheres durante quase toda a história da humanidade ao espaço doméstico que faz com que elas tenham que afirmar a sua visibilidade num outro lugar, ou seja, no corpo, na construção de sua feminilidade, etc. Nessa direção, muitas mulheres dependiam de recursos para que os homens as tomassem como esposas e, conseqüentemente, como mães. Assim, “mãe” era o único significante que podia identificar as mulheres, fazendo com que as que não tinham filhos ficassem excluídas de serem representadas como sujeitos sociais.

Com o passar do tempo, as mulheres fizeram um movimento importante em relação ao público. Como estamos trabalhando com a noção de tempo, podemos colocar que as mulheres investiram um pouco do seu tempo em relação à esfera pública. Lopes (1997) lembra o “sufragismo”, que ocorre na virada do século quando as manifestações contra a discriminação às mulheres adquiriam uma visibilidade e uma expressividade maior. Esse movimento correspondeu a estender o direito do voto às mulheres e passa a

ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Mas seus objetivos mais imediatos ligados à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas, foi seguido de certa acomodação no movimento. Mesmo assim, é possível perceber uma mudança significativa, pois o ato de manifestar publicamente retira por um “certo tempo” o discurso das mulheres do campo doméstico o coloca nas ruas.

Segundo a autora, será na denominada "segunda onda" — que tem seu início no final da década de 1960 — aonde o feminismo irá se voltar para as construções propriamente teóricas, sem deixar de lado preocupações sociais e políticas. Assim, no que tange o âmbito do debate que se travava entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, começa-se um engendramento e problematização do conceito de gênero.

É possível perceber que nas linhas supracitadas tentamos traçar uma forma de ocupação do tempo das mulheres, ou seja, num momento histórico do capitalismo independentemente se elas estavam inseridas no mercado de trabalho, o valor posto nas mulheres se localizava na vida doméstica, quer dizer, nos cuidados com a casa e com os filhos, nesse contexto, o significante que a nomeava era “mãe”. Com o passar dos anos e com o movimento do sufrágio, as mulheres começaram a ensaiar um espaço de tempo no público, onde existiram conquistas importantes como a pílula anticoncepcional, trabalho, etc.

Embora essas conquistas tenham sido importantes ainda são necessárias muitas outras. Ainda há o que ser feito em direção à equidade de gênero, quer dizer, ainda necessitamos de representatividade política de mulheres e é em função disso que se discute políticas de cotas para mulheres, instituindo uma porcentagem mínima obrigatória de candidaturas para elas em cada partido político, por exemplo. A garantia de seus direitos em lei não é suficiente para alcançarmos a efetivação destes, e para além das cotas, também é necessário que as representações em nossa sociedade da “mulher pública” e “política” sejam revisitadas (Heilborn et al, 2010).

Além disso, ainda ocorre à divisão sexual do trabalho: a maioria dos postos de gerências ainda são ocupados por homens, e há diferenças salariais quando mulheres e homens exercem o mesmo cargo, pois normalmente são os homens que recebem maiores salários. Do mesmo modo há maior concentração de homens em áreas exatas e

mulheres em atividades de ensino e cuidado, cuja inserção é, muitas vezes, considerada reflexos de preferências naturais, aptidões inatas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres. E voltamos assim à ideia da divisão entre mundo da produção (masculino) e o da reprodução (feminino), problematizada anteriormente (Heilborn et al, 2010).

Não obstante, retornando a nossa temática do tempo, percebemos nesse contexto mais uma desigualdade para com as mulheres. Como assinalamos, há uma responsabilização pela sociedade de que as mulheres dêem conta do campo privado, ou seja, do trabalho doméstico/cuidado dos filhos mesmo que inseridas no campo de trabalho formal/fora de casa. Nesse pressuposto, nós, mulheres, somos socialmente responsabilizadas pelo privado, e ainda, precisamos lutar pelo reconhecimento no público. Dessa forma, ocupamos o nosso tempo numa tentativa de provar para a sociedade, para o grande outro do social (nas relações de trabalho, na família etc), que podemos dar conta. E acabamos não tendo um espaço para questionarmo-nos se realmente queremos ou precisamos dar conta de tudo. Ou, afinal, do que queremos dar conta?

O número de horas que as mulheres dedicam ao cuidado da casa, embora com decréscimos nos últimos anos, ainda é três vezes maior que o tempo que os homens dedicam às atividades do lar, independente de nível sócio-econômico e de escolarização. Para muitas, este cuidado do lar corresponde à segunda jornada de trabalho, o que as sobrecarrega. Além disto, geralmente o trabalho doméstico não é valorizado e, muitas vezes, é notado somente quando não realizado. Dentro desta linha de pensamento, vale lembrar que a sociedade como um todo não reconhece o trabalho doméstico como um gerador de riquezas. Por fim, em relação às práticas de escolarização, o Governo Brasileiro abriu as instituições de ensino superior à entrada de mulheres somente em 1870, e hoje, embora os investimentos das mulheres em educação e na qualificação profissional sejam maiores que os investimentos dos homens, estes não se revertem em condições de igualdade salarial para elas (Heilborn et al, 2010).

Para além disso, no Brasil, embora ainda não tenha havido uma pesquisa de abrangência nacional sobre usos do tempo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorpora, desde 1992, algumas questões importantes sobre realização de afazeres domésticos e tempo médio de deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, e, a partir da PNAD 2001, tempo médio dedicado a afazeres

domésticos. Nesse contexto, Ramos (2009) aponta que o tempo de dedicação das mulheres aos afazeres domésticos correspondeu a mais do que o dobro do tempo masculino durante todo o período de 1996 a 2007. As mulheres estão se mostrando, também aqui, capazes de mudar seu comportamento de maneira mais rápida do que os homens, já que são elas que reduzem seu tempo de trabalho não remunerado (cuidados domésticos) quando também trabalham fora, ao passo que os homens praticamente não mudam. Assim, os dados da PNAD indicam que as desigualdades de gênero, a partir dos indicadores de usos do tempo persistem.

Tais situações dizem de como as mulheres experienciam o tempo na atualidade, e que isso, é consequência de experiências em outros tempos, na medida em que as práticas vinculam-se a este modo, cabe compreender de que forma se processa o fenômeno que, ao mesmo tempo em que abre caminhos e novos espaços às mulheres, também coloca a mulher diante de exigências contraditórias e conflitantes no exercício de suas tarefas profissionais, sua sexualidade, ser mãe e esposa e as tarefas domésticas e sociais.

Algumas Notas

A partir da nossa leitura, é possível pensar que existem diferentes formas de levar em consideração a noção de tempo, mas por optarmos em pensá-lo como uma construção social é possível senti-lo como fazendo parte da produção dos laços na atualidade. Esses laços contemporâneos são fabricados e sustentados pelo discurso capitalista, colocam na esfera da raridade as relações entre sujeitos e experiências e nos levam a pensar em laços de segregação, vinculados pela competitividade, individualismos e indiferença.

Como trabalhamos com mulheres, foi possível, ao longo da nossa construção tecer uma história das mulheres em relação ao tempo e nela perceber que embora nós mulheres não existíssemos frente ao público, pois nossa experiência historicisa-se pelo campo privado, ou seja, “o cuidado com a casa e com os filhos”, nossa realidade doméstica era repleta de trabalho, quer dizer, a sociedade nos demandava mais trabalho e não nos reconhecia por isso.

Ainda dentro dessa história, por nós tecida, percebemos que com a entrada no mercado de trabalho de mais mulheres e com o advento do movimento feminista,

conquistamos voz frente ao público e, de certa forma, existir frente a ele. Isso quer dizer que nesse contexto, além de dar conta do campo privado, também temos responsabilidades frente ao público.

A realidade supracitada nos trouxe importantes conquistas como a pílula anticoncepcional, o direito ao voto, o direito de ser eleita, ou seja, participar da construção da sociedade de forma democrática (habitando diferentes instâncias). Mas também nos trouxe consequências de outra ordem, na medida em que ainda somos as maiores responsáveis pelo campo privado, ou seja, além de dar conta dos filhos, gerenciamento e cuidado da casa: trabalharmos no contexto privado sem remuneração e sem reconhecimento, mas também somos trabalhadoras fora de casa. Assim, nossa realidade parece não ter mudado, no sentido de não haver uma equidade de gênero.

Percebe-se um excesso de trabalho para nós mulheres, quer dizer, habitamos o nosso tempo trabalhando praticamente o dia inteiro e isso não parece ser reconhecido. O não reconhecimento, pode ser consequência desse laço social segregador, no sentido de não reconhecer o outro. Mas também pode nos fazer perceber a aceleração, quer dizer, é muito trabalho para nós mulheres e poucas horas para refletirmos se é esse o trabalho que queremos ter e se é esse o tempo que desejamos para nós.

Levando em consideração o que foi produzido até então, parece se fazer necessário “um tempo” de pausa para que nós mulheres possamos refletir sobre nossas escolhas e porquê não um tempo de pausa reflexiva junto de outras mulheres? É por isso que construímos um grupo como dispositivo, grupo que engendrou nossas reflexões, aqui partilhadas, sobre o tempo. É certo que o tempo, constructo sociocultural e político, ainda não sabemos explicar, mas sabemos senti-lo nos laços sociais.

MOMENTO 2 - A EXPERIÊNCIA EM UM CAMPO GRUPAL

Nesse momento, tentaremos expor nossa experiência no campo grupal. O “nossa”, palavra colocada na primeira pessoa do plural, antecipa o lugar do qual escrevemos, pois acreditamos que algo significativo acontece quando nos colocamos em relação às outras e aos outros do nosso cotidiano, na medida em que nos permitimos reconhecer e, de alguma forma, nos relacionar com o que é da ordem da diferença.

O projeto de extensão “Direitos sexuais e reprodutivos: Conversando sobre Saúde” permitiu que mulheres da região central do estado do Rio Grande do Sul encontrassem-se em grupo para colocar em palavras questões que tocam o seus cotidianos. A partir desses encontros e, conseqüentemente, das relações construídas no campo grupal, iniciou-se um percurso com direção ao fortalecimento, que, segundo Costa (n.d), é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Neste artigo, visamos apresentar um dos grupos de mulheres formados na terceira e quarta edições do projeto de extensão “Conversando sobre saúde”, que ocorreram nos anos de 2011 e 2012. Mais especificamente, gostaríamos de narrar o processo grupal partindo da experiência de passagem do tempo na atualidade. Faremos isso refletindo sobre os modos de subjetivação na sociedade a partir de uma leitura das vivências de mulheres que, juntas de nós, construíram o campo grupal em questão.

Trabalhamos com a noção de “leitura das vivências”, na medida em que acreditamos na potência das histórias das mulheres, as quais trouxeram como questão para o campo grupal o seu cotidiano, e sem dúvida, o cotidiano nos interessa. Para justificar este interesse, lembremo-nos do que Corso (2011) nos antecipa acerca da ficção, na medida em que não a trata apenas como uma forma de diversão, mas também como veículo através do qual se estabelece um laço imaginário utilizado para elaborar questões significativas da nossa subjetividade e do nosso social.

Para dar conta deste trabalho, personificamos uma das mulheres que participaram do dispositivo grupal e damos a ela o nome de Maria. Fizemos isso, na tentativa de que o eco das relações no campo grupal pudesse se evidenciar na presente construção e, nessa direção, as personagens auxiliam:

As personagens e suas histórias apresentam situações típicas sobre determinada questão para que isso possa ser compartilhado, elaborado, assim como utilizado como parâmetro para nossa vida. Nossas histórias favoritas acabam sendo fontes de inspiração e identificação, refinam ou embrutecem nossa sensibilidade, nos ampliam ou cerceiam os horizontes, ajudam a penetrar na realidade ou a evita-la, sendo, portanto, decisivas para o que nos tornamos. (Corso, 2011 p. 13)

Diante disso, dediquemos um tempo para a reflexão acerca de uma possibilidade de experiência no campo grupal sob a ótica de Maria, uma das mulheres que o compõe, e que conseqüentemente, está em relação à outras mulheres no Grupo Conversando sobre Saúde, mas antes apresentaremos os caminhos para elaborar essas reflexões.

Maria: um Conto Singular

“Eu não vou ficar doente nunca, não posso! Não dá tempo. (risos)”. Afinal de que tempo Maria fala, quando enuncia essa sentença?

Maria é uma mulher de meia idade, dona de casa e tem entorno de 50 anos. Levando em consideração que trabalhamos com o tempo pensando-o como uma construção, parece interessante lermos o que ela aponta da noção de tempo, quando não se permite ficar doente.

No início do processo grupal, quando realizávamos as entrevistas de triagem³ para o grupo, Maria foi questionada se trabalhava e sua resposta: “Não, sou dona de casa”. Com o passar dos encontros grupais, que se davam uma vez por semana, ela trazia uma série de tarefas que estavam sob sua responsabilidade: cozinhava para cerca de oito pessoas, após cozinhar era sagrado lavar a louça e, ainda, cuidava de uma criança. Em algum momento Maria cuidou de uma idosa (tia do seu marido) e, além disso, era ela que abastecia a casa com compras, ou seja, ir ao supermercado e a feira era parte de seu trabalho.

³ As entrevistas de triagem são um processo utilizado no nosso grupo com a intenção de escolher as mulheres que virão a compor o campo grupal. Trabalhamos dessa forma para que o grupo seja interessante para as mulheres e para que elas façam o mesmo pelo grupo no momento em questão. Existem alguns casos em que isso não é possível, então fazemos o encaminhamento das mulheres para onde consideramos mais interessante naquele momento.

Impossível perceber a vida de Maria e não lembrar de um movimento que ocorre historicamente com mulheres, ou seja, a alocação de seus corpos. Para argumentar esse ponto de vista, é possível remetermo-nos a Foucault (1987) quando trabalha com a noção de uma tecnologia disciplinar, cujo objetivo é gerir a vida dos indivíduos, numa tentativa de normalização e controle do corpo social, sendo um dos dispositivos dessa tecnologia a construção de uma medicina voltada para o controle do meio social e da população. No Brasil do século XIX, Nunes (2000) nos mostra que foi através de estratégias de regulação do corpo das mulheres, principalmente vinculados aos saberes da psiquiatria e da sexologia novecentista, que a circulação dos corpos das mulheres se dava na esfera doméstica e no campo da maternidade. Olhando por essa perspectiva, é possível perceber nela a movimentação de Maria, mulher deste século, que traz junto de suas vivências esse legado que, neste momento, diz de si. Quer dizer, ela experiencia seu tempo com as tarefas de casa.

Em termos históricos, Nunes (1982) assinala que as mulheres experienciavam o seu tempo com a esfera privada. Durante todo o século XIX tentou-se fixar a mulher no casamento e na esfera doméstica. A autora fala em *tentativa*, pois esse lugar também foi construído.

Dando continuidade, nas vivências de Maria trazíamos suas tarefas. Quando ela falava desse contexto de trabalho, não usava quaisquer palavras, aliás, da forma como percebemos o campo grupal é necessário ficar atento às palavras. Bondía (1996) pontua a dimensão que, de alguma forma, incorporamos em nossa prática quando diz que somos palavras, assim, quando fazemos coisas com palavras, na verdade, estamos dando sentido ao que somos e ao que nos acontece. Nessa perspectiva, as palavras que dizemos são mais do que simples palavras.

As palavras de Maria continham certa obrigatoriedade, ou seja, ela usava frases com um tom de ordem. Escutávamos como o imperativo afirmativo, principalmente quando situava o que era da ordem das tarefas domésticas. Dessa forma, era bem comum no início do processo grupal: “*Tem que lavar a louça*” “*Tem que cozinhar*” etc.

Acreditamos que os discursos que se dão no campo grupal fazem eco a discursos que existem nas relações das pessoas, em seu cotidiano. Como trabalhamos com a psicanálise, no processo de escutar o que se passa no contexto grupal, faz-se importante lembrar que, para a psicanálise interessa sempre a história atualizada, retomada e ao mesmo tempo modificada pela leitura que o sujeito faz dela - leitura do campo do

particular - é o que afirma Goldfarb (1998). Dessa forma, a memória que constrói a história de um sujeito não é uma simples acumulação de recordações, mas a revivência de uma trama de sequências significativas, ou seja, de acontecimentos com a possibilidade de produzir efeitos de sentido e significação no presente, onde o vivido e o recordado não guardam correspondência inequívoca e quando restos e traços promovem a ficção necessária à produção de uma narrativa singular. Tal constatação só se sustenta porque, psicanaliticamente, qualquer experiência é mediada pela linguagem - o que (re)afirma o caráter de invenção na relação entre tempo, memória e social.

Nessa direção, quando Maria traz essa obrigatoriedade em sua fala, dentre outras questões, é possível perceber o quanto essa obrigatoriedade com as tarefas domésticas pode produzir questionamentos importantes e situar alguns discursos na modernidade. A modernidade está, de certa forma, vinculada ao advento do capitalismo. E, juntas de Bauman (2003), acreditamos que é com esse advento que a comunidade ganha uma nova dimensão onde há um processo de individualização, quando as soluções não são mais buscadas coletivamente.

Tal situação provoca sensação de solidão. Maria parecia estar tomada dessa construção, na medida em que achava que só ela passava por essas situações, mas de repente, com sua inserção no campo grupal percebe que outras mulheres também passavam por isso.

Maria e outras mulheres puderam se haver com a noção de trabalho no campo grupal. Cada uma das mulheres tinha suas singularidades na forma de se relacionar com o que é da ordem das suas tarefas em casa. Mas era unanime que o que faziam era trabalhoso e não era reconhecido.

Um dos questionamentos que passa a fazer parte do campo grupal é se o que as mulheres fazem em suas casas é, de fato, trabalho. Afinal, no discurso de Maria e de outras mulheres, seu trabalho em casa ocupava muito tempo de suas vidas. E, se isso era de fato trabalho, como fazê-lo reconhecido enquanto tal. Como ele pode ganhar valor? A realidade aqui citada, de alguma forma, faz parte de estudos de gênero e, segundo estes, o número de horas que as mulheres dedicam ao cuidado da casa, embora com decréscimos nos últimos anos, ainda é três vezes maior que o tempo que os homens dedicam às atividades do lar, independente de nível sócio-econômico e de escolarização. Para muitas, este cuidado do lar corresponde à segunda jornada de trabalho, o que as sobrecarrega. Além disto, geralmente o trabalho doméstico não é

valorizado e, muitas vezes, é notado somente quando não realizado. Dentro desta linha de pensamento, vale lembrar que a sociedade como um todo não reconhece o trabalho doméstico como um gerador de riquezas. Por fim, em relação às práticas de escolarização, o Governo Brasileiro abriu as instituições de ensino superior à entrada de mulheres somente em 1870, e hoje, embora os investimentos das mulheres em educação e na qualificação profissional sejam maiores que os investimentos dos homens, estes não se revertem em condições de igualdade salarial para elas (Heilborn et al, 2010).

Retomando as vivências de Maria no campo grupal, ao longo dos encontros, isso que é da ordem do “tem que”, passou a ser mais questionado. “Tem que, mesmo?” “Será que tem que?” Por diferentes vias, acreditamos que é através do contínuo questionamento sobre as relações de poder e sobre as verdades que permeiam as narrativas e os discursos cotidianos de diferentes atores sociais, que desenvolvemos reflexões teórico-práticas para a promoção da saúde, em especial da saúde sexual e reprodutiva. Com Maria e outras mulheres trabalhamos na mesma perspectiva, analisando e intervindo na dinâmica da regulação e no controle social frente a questões do corpo, das sexualidades, das tecnologias disciplinares e biopolíticas e dos saberes hegemonicamente constituídos.

Através do que denominamos de “grupos de empoderamento”, procuramos ampliar as possibilidades de *conscientização* das participantes sobre as relações de gênero e os direitos sexuais e reprodutivos das mesmas, para que juntas, elas construíssem formas de lidar com o que é da ordem de seus cotidianos. A conscientização de que falamos aqui está longe do autoritarismo da noção da capacidade dos intelectuais de “conscientizarem” a população da opressão e exclusão que experimentam. Embora “a exclusão faça parte da ordem das coisas” e ela priva as pessoas excluídas “da própria consciência de sua exclusão” (Wacquant, 1998, p.185), não é da ordem dos/as psicólogos/as apregoar um movimento unidirecional e vertical de conscientização das pessoas excluídas.

Conscientizar, na psicologia social crítica, deve estar em consonância com as propostas de Freire (1983), Guareschi (2005) e Roso (2007) - uma proposta dialógica no qual o/a psicólogo/a refaz, constantemente, seus atos cognoscentes, na cognoscibilidade do Outro excluído. As participantes nos grupos de empoderamento são incentivadas a serem investigadoras críticas do mundo e das relações, em diálogo com o/a psicólogo/a, investigador crítico/a também. Através da proposta dialógica, tenta-se colocar na roda

de discussão grupal as diferentes visões de mundo, assinalar as contradições entre elas e suas consequências. Com uma escuta implicada das experiências partilhadas no campo grupal, que leva em conta os aspectos inconscientes e também sócio-históricos, devemos problematizar, compreender e mediatizar a reflexão crítica do Outro e a nossa. Esse processo dialético de conscientização, esperamos, “leva as pessoas a recuperarem a memória histórica, a assumir o mais autêntico de seu passado, a depurar o mais genuíno de seu presente e a projetar todo ele em um projeto pessoal e nacional” (Martín-Baró, 1990, p.62).

Os “grupos de empoderamento” possibilitam que as mulheres ajudem uma as outras e se fortaleçam com o auxílio dos mediadores (equipe do projeto). A reconstrução dos saberes existentes que o espaço grupal proporciona a manifestação de sentimentos relativos às vivências, facilitando a expressão e comunicação intergrupal e motivando a discussão de conteúdos (Chiesa; Westphal, 1995).

Entende-se o grupo como “um dispositivo que põe a funcionar máquinas de desmanchamentos do ‘indivíduo’ que nós somos, que acionam movimentos no que deixamos de ser no encontro com a alteridade que nos avizinha e no deslizar pela superfície daquilo que estamos em via de diferir e nos tornar” (Barros, 1996, p.8). O que é acionado aqui é a “descristalização de lugares e papéis, a começar pela própria ideia de grupo como um outro ‘lugar’” (Barros, 1996, p.9). “O grupo é uma instituição, porque ele condensa fluxos de toda ordem, aglutina forças que travam lutas pela definição de um determinado domínio, por um campo de saber-poder, pelo desenho de um território” (Barros, 1996, p.9).

Apoiamos o nosso trabalho no que Roso (2005) denomina de cosmovisão comunitário-solidária e o colocamos como diferentemente da cosmovisão individualista-liberal. A última enfatiza que a liberdade do indivíduo está acima da liberdade da comunidade, e as ações são guiadas pelo individualismo, egocentrismo e competitividade, gerando uma série de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a alteridade é anulada e busca-se o alcance da cidadania a partir de uma massa social, por via de direitos e deveres gerais e abstratos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal:

Se todas as pessoas precisam ser vistas como iguais, as diferenças precisam ser mascaradas. As cidadãs e os cidadãos sociais têm que agir de forma solidária, mas, do mesmo modo que nasce uma nova cidadania, brota um novo tipo de solidariedade, que

se baseia no silêncio. E o que acontece com a ética, quando temos uma solidariedade desse tipo? Germina-se um novo tipo de ética: uma ética liberal. A filosofia liberal engendrou práticas sociais liberais: solidariedade liberal, mascaramento nas relações ao invés de compreensão e autocompreensão das diferenças, e legalização ao invés de participação. Isto impediu a verdadeira emancipação das pessoas e, no lugar dela, emergiu uma cidadania liberal, reguladora, atomizante e estatizante (ROSO, 2007, p.126). Nesse sentido, os grupos de empoderamento buscam questionar elementos que compõem uma ética liberal, valorizando não as individualidades, mas as comunalidades (via identificação geral) e as singularidades – desmancham indivíduos via processos de conscientização.

Olhar a partir de uma cosmovisão comunitária-solidária, através do investimento na dialogicidade, na valorização dos saberes populares, na utopia, na análise das relações de poder e na ética do cuidado facilita o desenvolvimento da ação política das pessoas, de modo que o espaço público pertença, também, às pessoas excluídas, incentivando-as para que batalhem por sua dignidade. Principalmente porque se sabe que a violência estrutural também atua enquanto produtora das condições propícias ao florescimento de doenças e epidemias (ROSO, 2007).

Dessa forma, faz-se importante estarmos atentas às diferenças. De certa forma, foi o que Maria fez. Ao longo dos encontros em grupo, ela escutou outras Marias e percebeu realidades parecidas com a sua e realidades bem diferentes. Diante disso, autorizou-se a se colocar, ou seja, trazer para o campo grupal o que a incomodava. Certo dia Maria chega com um relato e tanto para o grupo, o qual transformamos em uma pequena história:

Maria frequentava o “Grupo de Mulheres: Conversando Sobre Saúde” já havia um tempo, levava um pouco do seu cotidiano para o grupo e também levava um pouco do cotidiano de outras mulheres para o seu.

Em um dia, como outro qualquer, Maria estava envolvida com suas tarefas cotidianas e tudo parecia se dar no entre: entre sala e quarto, área de serviço e cozinha lá estava Maria limpando e organizando tudo sozinha.

Neste dia, como outro qualquer, Maria estava fazendo suas tarefas e se deparou com a toalha úmida de seu companheiro no piso no banheiro. Pela primeira vez, talvez contagiada pelas discussões no campo grupal, a olha de uma forma diferente.

Enquanto seus olhos fitavam a toalha, na mente de Maria vinham memórias de todas as vezes que falou para que os outros moradores da casa juntassem suas próprias toalhas, vinham também memórias de ela fazendo o movimento de juntar, além disso, vinham ecos de discussões que ocorreram no

grupo e que fizeram um barulho e tanto na casa de Maria. Isso a levou ao insuportável do incômodo.

É possível pensar “que besteira, é apenas uma toalha úmida!”, mas não para Maria. Para ela é a representação de todo o trabalho que faz dentro de um espaço e de um tempo. Um espaço que não é só seu, e que, portanto, precisaria ser mantido por todos. E um tempo que acaba investindo nesse espaço, não o deixando para cuidar de si.

Maria segue olhando para a toalha úmida e, irritada com a situação, pela primeira vez, Maria não junta a toalha e caminha depressa. Entre sala e quarto, área de serviço e cozinha lá estava Maria à procura de seu companheiro, o do dono da toalha úmida.

Quando o encontra, na sala assistindo a um programa de televisão, Maria o olha e num tom ríspido, o chama, convidando para junto dela ir ao banheiro. O companheiro a estranha e a olha como quem não a conhece.

Assustado, vai junto dela até o banheiro. Ela pergunta se ele percebeu algo de diferente no ambiente. Ele observa e vê o banheiro em suas condições normais: Azulejos limpos, lixo recolhido, pia organizada, cheirinho de limpeza. Diante disso, comunica à companheira que aparentemente está tudo bem.

Maria, irritada e insatisfeita, pede para que ele olhe melhor. Sem entender muito bem o que acontecia ele olha, percebe os mesmos elementos e fala algo mais ou menos assim “Ah, e tem aquela toalha minha ali, porquê não juntou?”.

Maria, que já estava irritada e insatisfeita chega a um ponto que nunca chegara até então: sua voz tremia, seu corpo se remexia e na sua mente palavras transbordavam. Começou a contar lentamente e em voz baixa: 1, 2, 3... Não funcionando passou a rezar... E nada disso dava conta de seu sentimento. Pois nada conseguia tamponar o eco de sua voz e das vozes de outras mulheres no campo grupal. Então, Maria explode.

Na explosão, Maria deixa claro que, daquele momento em diante, não é mais responsável pela toalha do companheiro, o responsabilizando por juntá-la. Depois da situação, a vida de Maria não mudou tanto assim, mas ela deu um passo significativo, pois hoje, entre sala e quarto, área de serviço e cozinha lá está Maria, mas não está mais tão sozinha. Nela habitam palavras de outras Marias, ou seja, das mulheres que conheceu no campo grupal e que, de um modo ou de outro, talvez tenham contribuído para que algo da ordem do desejo de “Maria”, pela via da palavra, saísse da invisibilidade.

Podemos, com esse fragmento de história, questionarmo-nos sobre quantas toalhas Maria carregava para sustentar a organização de uma casa, sobre quanto tempo de sua vida esse movimento de sustentação ocupava e o quão caro ela pagava por fazê-lo dessa forma. Talvez o campo grupal tenha colaborado para que Maria pudesse deixar uma toalha cair. Maria pode continuar deixando cair ou não, pode continuar sustentando, afinal trata-se de uma escolha. O importante é que Maria pôde perceber que existem outras formas de lidar com uma situação difícil e que ela pode escolher a sua.

Parece que muito mais do que encontrar uma forma de fazer as coisas, dentro de um grupo, trata-se de dentro de um contexto grupal inventar formas singulares de se haver com questões que permeiam o cotidiano de Marias, Joanas, Paulas, enfim, trata-se da inventividade de um tempo possível e, às vezes, para inventar um tempo possível é necessário abrir mão de alguns tempos outros.

Numa realidade onde nós mulheres parecemos não abrir mão de tempo algum, na medida em, que nos envolvemos com o trabalho no campo privado e no campo público, acabamos deixando pouco tempo para refletir sobre nossas escolhas. Parece fazer-se necessário movimentos em prol do encontro com o outro, ou seja, é na dialogicidade e no encontro com a diferença que parece haver um espaço e um tempo possível para uma invenção sobre si.

Assim, os grupos são tomados como dispositivos criadores de ações dialógicas, nos quais há uma reunião para conversar sobre temas como relação conjugal, sexualidade, família, educação dos filhos, menopausa e outros assuntos. Os “grupos de empoderamento” permitem que mulheres ajudem uma as outras e se fortaleçam com o auxílio das mediadoras e, conseqüentemente, de toda a equipe do projeto.

A reconstrução dos saberes existentes que o espaço grupal proporciona permite a manifestação de sentimentos relativos às vivências, facilitando a expressão e comunicação intergrupal e motivando a discussão de conteúdos (Chiesa & Westphal , 1995). Nesse sentido, são solos férteis para incentivar o florescimento de uma consciência, que acontecem através de reflexões em grupo.

Para Diana Corso & Mario Corso (2011), quando as pessoas fazem uma reflexão sobre si, se veem como racionais, lúcidas e às vezes são tomadas pela fantasia. Já os psicanalistas acreditam no contrário, acreditam que as pessoas sonham na maior parte do tempo, e em certos momentos, acordam:

Mesmo trabalhando estamos fantasiando estar em outro lugar, com outras pessoas, fazendo outras coisas. Passando um mês de férias, mas os outros onze sonhando com elas, assim como o sábado e o domingo não ocupam somente esses dias em nossos pensamentos. A vida amorosa e sexual é muito maior e mais variada na fantasia do que na realidade (...) se estivermos ressentidos, frustrados, derrotados a fantasia será alimentada por impulsos agressivos e imaginariamente nos vingaremos dos desafetos em grande estilo, criando roteiros infernais para todos os que nos atrapalham. (Diana Corso & Mario Corso, 2011, p. 19)

Assim, somos a soma do desperto com o sonhador, justamente porque esses dois elementos não se separam rigidamente e de forma delineada (Diana Corso & Mario

Corso, 2011). Os autores ainda mostram que “a experiência artística nos coloca em sintonia com a fantasia alheia, na medida em amplia os horizontes aos quais podemos chegar com o uso da própria imaginação e abre a possibilidade de questionar a própria realidade, tanto pessoal como coletiva” (Corso & Corso, 2011, p. 20). E é algo da ordem da experiência artística que acontece no campo grupal, quando as mulheres se relacionam com outras mulheres, colocando suas fantasias em questão.

Sob esses aspectos, podemos refletir junto de Diana Corso e Mario Corso (2011), quando nos propõem pensar como histórias esses discursos a respeito do que somos, mas também são ensaios na medida em que tentam atribuir um sentido para a nossa existência e um tecido para sustentar os nossos desejos, “são histórias incompletas, sempre inferiores às que julgamos que deveríamos estar protagonizando; tramas que pedem, por serem sempre insuficientes, que continuemos a narrar, portanto que sigamos vivendo (Corso & Corso, 2011, p. 20).

Valorizar o que é do campo das fantasias possibilita, ao campo da psicanálise, o movimento de arriscar-se a pensá-las de forma compartilhada, ou seja, nelas estão os mitos e ficções de uma época (Diana Corso e Mario Corso, 2011). De alguma forma, é isso o que vemos emergir no nosso grupo, os mitos e ficções de uma época a partir do olhar de cada uma das mulheres em relação a outras mulheres, e conseqüentemente, em relação ao social.

Momento final ou Um novo começo

Levando em consideração o que foi produzido até então, parece se fazer necessário “um tempo” de pausa para que nós mulheres possamos refletir sobre nossas escolhas e porquê não um tempo de pausa reflexiva junto de outras mulheres? É por isso que construímos um grupo como dispositivo, grupo que engendrou nossas reflexões sobre o tempo. É certo que o tempo, esse constructo sociocultural e político, ainda não sabemos explicar, mas sabemos senti-lo nos laços sociais.

Na tentativa de mostrar um pouco da experiência de reflexão e de tempo em um campo grupal, inventamos uma personagem a partir de uma das mulheres do grupo. Através dela e do que nos tocou de suas palavras criamos uma narrativa sobre seu

cotidiano e suas escolhas, enlaçando-os ao nosso objetivo de estudo e a autores que consideramos importantes.

A situação em questão nos fez perceber que muito mais do que encontrar uma forma de dar conta de um cotidiano, dentro de um grupo, trata-se de dentro de um contexto grupal inventar formas singulares de se haver com questões que permeiam o cotidiano de mulheres. E parece que é o que Maria faz, inventa uma forma possível de dar conta de seu problema com a toalha, que parece fazer metáfora em relação à vida de muitas outras mulheres. Quer dizer, às vezes, para inventar um tempo possível é necessário abrir mão de alguns tempos outros.

Inevitavelmente, abrir mão de alguns tempos outros, remete-nos à palavra escolha. E em uma realidade onde as mulheres parecem não abrir mão de tempo algum, na medida em que escolhem responder com eficiência àquilo que as demandam: trabalham dentro de casa e cuidam dos filhos, ao mesmo tempo em que trabalham fora de casa respondendo às exigências dessa realidade. Acabam deixando pouco tempo para refletir se é essa, de fato, a escolha que gostariam de fazer.

Assim, parece necessário fazer uma pausa para a reflexão. E, numa realidade onde reina o que é da ordem do individual, por que não fazer movimentos favoráveis ao encontro com o outro? Acreditamos que é na dialogicidade e no encontro com a diferença que parece haver um espaço e um tempo possível para uma invenção sobre si. Para nós é também na grupalidade que há um lugar possível para se inventar.

Nesta perspectiva, rabiscamos, no presente trabalho, uma leitura da história de uma mulher que estava em relação a outras mulheres: Maria. Mas a nossa realidade é feita de Marias, Joanas, Paulas, enfim, de muitas e diferentes mulheres. Com isso, queremos dizer da importância de se haver com as diferenças.

É neste contexto que se produzem e se inventam novas histórias e o grupo se mostra como uma possibilidade para isso, como fez Maria com seu discurso. Talvez Joana ou Paula tivessem se posicionado de outra forma em relação à situação, e a outra forma também seria bem vinda no contexto grupal, na medida em que há o fortalecimento de uma singularidade em relação aos outros. Talvez, se Maria tivesse juntado a toalha, sua casa não caísse naquele momento. Mas, depois da experiência de deixar a casa cair, sem dúvidas, Maria não foi/será mais a mesma.

REFERÊNCIAS

Armani (2010) *Entrevista cedida à Infocampus*. Recuperado em 8 de outubro de 2013 em: <http://w3.ufsm.br/infocampus/?p=3683>

Bauer, M. W. Gaskell, G. & Allum, N.(2002) Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.W. & GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som*. Um manual prático. Traduzida em português por P. A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, p.17-36.

Barros, R.D.B. (1996). *Clínica grupal*. Publicado na Revista de Psicologia/UFF, n.7. Recuperado em: <http://www.saude.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=27850>

Bauman, Z. (2007). *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Bauman, Z (2004) *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Bondía, Jorge Larrosa. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28.

Coelho, Jonas Gonçalves. (2004). Ser do tempo em Bergson. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 8(15), 233-246.

Corso, D. & Corso, M. (2011). *A psicanálise na terra do nunca: ensaios sobre a fantasia*. Porto Alegre: Penso

Costa, A.A. (n.d) *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Recuperado em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf

Chiesa, A. & Westphal, M. A (1995) A sistematização de Oficinas Educativas problematizadoras no contexto dos serviços de saúde. *Revista Saúde*, São Paulo, v.46, p.19-21.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freud, S. (1996). *Novas Conferências de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

Giddens, A. (1978). *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Goldfarb, D.C. (1998). *Corpo, tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Guareschi, P. A. (2005). *Psicologia Social Crítica como prática da libertação*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Guareschi, P & Biz, O. (Orgs.). (2005) *Mídia & Democracia*. Porto Alegre: Evangraf.

Heilborn, M. L., Araujo, L., Barreto, (2010) A. *Apostila do Curso Capacitação em "Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça| GPP- GeR: módulo II*. Rio de Janeiro : Heilborn et al, CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Bointempo.

Kehl, M. R. (2004 setembro). *A impostura do macho*. *Revista da Associação Psicanalítica Porto Alegre N°27*, pp. 90 – 102.

Lacan, J. (1992). *O Seminário: Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Martín-Baró, I. (1990, enero-marzo). El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. *Revistas de psicología de El Salvador*, IX, 35, 53-70.

Nunes, Silvia Alexim. (1991). A medicina social e a questão feminina. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 1(1), 49-76.

Nunes, S. A. (2000). *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Paulon, S.M. & Romagnoli, R.C. Pesquisa Intervenção e cartografia: Melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisa em Psicologia (UERJ)*. Rio de Janeiro v.10, n.1, p.85-102, 1º quadrimestre de 2010. Recuperado em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>

Poli, M.C. (2007). *Feminino/Masculino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Polichet, (1996). *O tempo na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Quinet, A. (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Ramos, Daniela Peixoto. (2009). Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 861-870.

Roso, A. (2007). O cotidiano no campo da saúde – Ética e responsabilidade social. In M. V. Veronese & P. A. Guareschi, *Psicologia do cotidiano. Representações sociais em ação*, PP.119-146. Petrópolis: Vozes

Roso, A. (1999). Espelho, espelho meu... beleza, moda e trabalho. uma tríade histórica. In Roso, Adriane, Mattos, Flora B., Werba, Graziela & Strey, Marlene (Orgs.) (1999). *Gênero por escrito. Saúde, identidade e trabalho* (pp.73-94). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de psicanálise/Elisabeth Roudinesco*. Rio de Janeiro: Zahar.

Schmidt, M.L.S. (2008) Pesquisa participante e formação ética do pesquisador. *Revista Psicologia Ciência e Saúde*, v.13, n.2, p.391-398. Recuperado em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200014>.

Soler, C. (2008, julho). Atualidade. *Anais do V Encontro Internacional da IF-EPFCL*, São Paulo, SP, Brasil.

ANEXO E APÊNDICE

ANEXO A- CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UFSM

 <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Comitê de Ética em Pesquisa - CEP- UFSM REGISTRO CONEP: 243</p> 
--	---

CARTA DE APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – (CONEP/MS) analisou o protocolo de pesquisa:

Título: Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como Dispositivo

Número do processo: 23081.002834/2011-63

CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 0019.0.243.000-11

Pesquisador Responsável: Adriane Roso

Este projeto foi APROVADO em seus aspectos éticos e metodológicos de acordo com as Diretrizes estabelecidas na Resolução 196/96 e complementares do Conselho Nacional de Saúde. Toda e qualquer alteração do Projeto, assim como os eventos adversos graves, deverão ser comunicados imediatamente a este Comitê. O pesquisador deve apresentar ao CEP:

Agosto/ 2011- Relatório final

Os membros do CEP-UFSM não participaram do processo de avaliação dos projetos onde constam como pesquisadores.

DATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO: 28/03/2011

Santa Maria, 28 de Março de 2011



Félix A. Antunes Soares
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa-UFSM
Registro CONEP N. 243.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Psicologia – Curso de Psicologia

Pesquisadora Responsável: Professora Dr^a Adriane Roso
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750, sala 321 (Prédio de Apoio da Universidade Federal de Santa Maria), Santa Maria, RS ou pelo telefone (55) 32 20 92 31.

Título do Estudo: Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como

Dispositivo

O propósito desse consentimento informado é fornecer a você as informações necessárias de modo que você possa decidir se você quer participar nesse estudo ou não. Você está sendo convidada a participar em uma pesquisa que irá explorar vários aspectos da saúde, em especial da sexual e reprodutiva.

Você está sendo convidada a contribuir nessa pesquisa porque você participa das atividades do projeto de extensão “Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre saúde”. O objetivo final desse estudo é desenvolver ações de educação e promoção em saúde.

Procedimentos do Estudo

Se você decidir participar, você participará de grupos com mulheres, com a duração de 1 hora cada, uma vez por semana, por um período aproximado de 6 meses a 8 meses.

Os grupos visam possibilitar, através de encontros temáticos, um espaço de discussão e reflexão acerca de temas relativos à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres atendidas em serviços públicos de saúde.

As discussões feitas nos grupos são unicamente para os propósitos dessa pesquisa e será acordado com todas as participantes o compromisso em manter no grupo e somente com o grupo as discussões, não sendo compartilhadas com ninguém que não pertença ao grupo.

Os encontros serão gravados, e você poderá pedir para parar a gravação a qualquer momento, ou mesmo ter a fita apagada completamente sem que isso prejudique a participação na pesquisa. Você pode se recusar a responder qualquer pergunta e isso não poderá ser usado contra você.

As fitas serão transcritas e somente a equipe de pesquisadores irá escutar as fitas e ler as transcrições para propósitos de pesquisa somente, e as fitas serão destruídas após cinco anos.

Nos primeiros encontros e no final dos grupos serão aplicadas três (3) instrumentos: um que visa conhecer suas percepções frente a aids (Escala de atitudes frente a AIDS), outro que quer conhecer como você interage com outras pessoas (Escala Fatorial de Socialização) e o último que objetiva identificar as informações que você tem sobre saúde sexual e reprodutiva..

A sua participação não envolve nenhum risco antecipado com exceção daqueles de violação de confidencialidade e de ansiedade que vocês poderão experimentar quando discutirem seus sentimentos sobre saúde, sexualidade e reprodução.

Se você ficar abalada como resultado dos temas discutidos durante os encontros, os mediadores do grupo irão orientá-la a buscar ajuda psicológica.

Não há benefício, custos ou compensação financeira previstos para os participantes nesse estudo. Um benefício indireto poderá ser a satisfação em contribuir para um melhor entendimento sobre aspectos que envolvem saúde das mulheres.

A sua participação nesse estudo é completamente voluntária. Você poderá se recusar a participar, ou desistir de participar no estudo a qualquer momento. Participar desse estudo não anula nenhum de seus direitos legais.

Se você tem alguma questão ou dúvidas, por favor, pergunte, e nós faremos o melhor possível para respondê-las. Se você tiver alguma outra questão no futuro, poderá entrar em contato com a Professora Adriane Roso, no endereço Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750, sala 321 (Prédio de Apoio da Universidade Federal de Santa Maria), Santa Maria, RS ou pelo telefone (55) 32 20 92 31.

A qualquer momento da pesquisa você poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa, antes e durante o curso do estudo, com o Conselho de Ética em Pesquisa ou o Pesquisador Responsável.

Se você tiver qualquer dúvida sobre seus direitos como um participante em pesquisas, poderão pedir informações ao Comitê de Ética da UFSM, pelo telefone (55)32209362 ou, ainda, pelo e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu discuti esse estudo com a Professora Adriane Roso ou com os estudantes integrantes desse estudo até estar completamente satisfeito. Eu compreendo que minha participação é voluntária e que eu posso desistir de participar na pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum. Eu li tudo que está acima nesse formulário e recebi a informação de que assinar esse formulário não anula nenhum de seus direitos legais.

Eu recebi uma cópia desse formulário de consentimento livre e esclarecido.

Assinaturas:

Participante

Data

Pesquisador atestando o consentimento

Data

A solicitação dos sujeitos para participar desse estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFSM.

Comitê de Ética em Pesquisa

Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - Sala 702, Cidade Universitária - Bairro Camobi, 97105-900 - Santa Maria – RS ou pelo telefone (55)32209362 ou, ainda, pelo e-mail: comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br